CONGRESSO NACIONAL DA ECONOMIA SOCIAL 2017

1.º CONGRESSO NACIONAL DE ECONOMIA SOCIAL
RECOMENDAÇÕES

1. KONGRESS DER NATIONALEN SOZIALWIRTSCHAFT
EMPFEHLUNGEN

1st NATIONAL CONGRESS ON THE SOCIAL ECONOMY
RECOMMENDATIONS

1º CONGRESO NACIONAL DE ECONOMÍA SOCIAL
RECOMENDACIONES

1er CONGRÈS NATIONAL D'ÉCONOMIE SOCIALE
RECOMMANDATIONS

CONGRESSO NACIONAL DA ECONOMIA SOCIAL 2017

1.º CONGRESSO NACIONAL DE ECONOMIA SOCIAL

RECOMENDAÇÕES

animar
CNIS Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade
CONFAGRI
confecoop confederação cooperativa portuguesa ccrl
Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto
Centro Português de Fundações
União das Misericórdias Portuguesas
mutualidades portuguesas

As entidades signatárias, reunidas em Lisboa a 14 de novembro de 2017, na sequência das sessões preparatórias de 17 de fevereiro, 18 de abril, 2 de junho e 8 de setembro de 2017, realizadas respetivamente em Lisboa, Póvoa de Varzim, Mangualde e Évora,

Reconhecendo-se como parte significativamente representativa do setor cooperativo e social previsto na Constituição da República Portuguesa, na Lei de Bases da Economia Social, e aceitando os seus princípios, valores, ética e formas específicas de funcionamento e governança,

Considerando que a Economia Social é feita de Pessoas para as Pessoas e com as Pessoas, é essencial que a atuação das entidades que a integram tenha sempre em linha de conta a afirmação dos valores pelos quais se regem, a sua própria identidade e o sentido de missão que as orienta.

Convictas de que o modelo de sociedades de pessoas das entidades da economia social, assentes na liberdade de organização, autonomia e gestão democrática, gerando e redistribuindo excedentes e criando capital social, de acordo com o interesse geral, assim como a sua proximidade e inserção nas comunidades locais, delas fazem agentes de primordial importância na economia e sociedade portuguesa, promotoras de coesão social e territorial,

Relembrando que de acordo com a conta satélite de economia social, publicada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), em 2016 sobre dados de 2013, representam 6% do emprego remunerado a tempo completo na economia e 2,8% da criação de riqueza (VAB), nas 61.268 entidades que a formam, e que tais dados quando comparados com os de 2010 demonstram o seu crescimento, a sua resiliência, transversalidade, capacidade de criação e manutenção de emprego digno e não deslocalizado,

Conscientes de que fazem parte de uma ainda maior família europeia, reconhecida pelos Governos europeus – reconhecimento consubstanciado nas unânimes conclusões de dezembro de 2015 do Conselho da União Europeia intituladas 'A promoção da economia social enquanto ator chave do desenvolvimento económico e social na Europa' e em sucessivos relatórios, pareceres e documentos de trabalho das Instituições europeias (Comissão, Comité Económico e Social e Comité das Regiões) sobre economia social,

E que fazem parte também de um movimento mundial de economia social e solidária agrupando milhões de cidadãs e cidadãos de todos os continentes, e nele consideram dever privilegiar o espaço lusófono e ibero-americano,

Declaram e recomendam:

1 As entidades de economia social, pela sua diversidade, transversalidade, identidade e comprovada ação ao longo dos tempos e em todo o território têm um papel fundamental a desempenhar nas políticas nacionais.

Nessa medida devem ser permanentemente ouvidas pelos departamentos governamentais e nas instâncias de concertação social e económica, nomeadamente no Conselho Económico e Social (CES), em todas as matérias que digam respeito à sua atividade e à economia nacional.

Para que essa audição seja possível, sem prejuízo da independência e iniciativa de cada entidade, criam uma instância de representação, a Confederação da Economia Social Portuguesa (CESP), cujo projeto de estatutos foi previamente aprovado.

2 As entidades de economia social são parceiros económicos, não devem ser objeto de discriminações quando pretendem atuar em qualquer domínio de atividade, rejeitam quaisquer entraves legais ao seu funcionamento e consideram que devem ser avaliadas nessas atividades a partir de critérios que tenham em conta a sua específica forma de organização e governança.

3 As entidades de economia social consideram que, no âmbito das políticas públicas, devem ser lançados programas de fomento da economia social que contribuam para a promoção da igualdade, da saúde e do emprego e para a fixação das populações. Em todos os programas a lançar deverão ser especialmente tidas em conta as pessoas mais desfavorecidas, as em situação de fragilidade social, numa perspetiva de solidariedade e de observância dos princípios e valores definidos no artigo 5º da Lei de Bases da Economia Social.

4 As entidades de economia social consideram que se deve dar prioridade à implementação de uma política coerente de educação para a economia social nos currículos de todos os graus de ensino, que inclua ações de sensibilização, de formação profissional, de intercâmbios entre organizações e de cooperação transnacional, para que desde o ensino obrigatório seja percecionado pelas crianças e jovens que existem formas de organização e atividade que estão assentes nas pessoas e que têm por base os princípios da economia social.

5 As entidades de economia social querem ver fomentada a investigação sobre a economia social, e recomendam que se organize um acervo de documentação que suporte essa investigação, a disponibilizar através de todos os meios de comunicação modernos.

6 As entidades de economia social recomendam que sejam criados fundos específicos de suporte a estas atividades formativas e de investigação a gerir a partir da CESP.

7 As entidades de economia social pugnam pela produção regular de estatísticas sobre a realidade e peso económico e social da economia social, mormente tornando bienal a conta satélite de economia social, e dotando-a de indicadores sobre a parte associativa das organizações e sobre o voluntariado.

8 As entidades de economia social consideram que se deve incrementar e melhorar a informação da sua realidade e atividade feita por parte da comunicação social generalista ou especializada. Para tal propõem-se estudar formas ativas de comunicação que potenciem a voz que resulta da criação da Confederação, sem prejudicar a comunicação direta de cada família da economia social.

9 As entidades de economia social estão conscientes de que um verdadeiro setor de economia social passa pelo trabalho em parceria, seja entre as diferentes famílias, seja com os outros setores de propriedade dos meios de produção. Nomeadamente, recomendam o desenho de programas que contribuam para o desenvolvimento local dos territórios em parcerias devidamente concertadas com o poder local.

10 As entidades de economia social, atento o disposto na Constituição e na lei ordinária de acordo com o princípio da discriminação positiva que a aplica, consideram-se no direito a beneficiar de um regime fiscal adequado à sua natureza e aos fins que prosseguem.

11 As entidades da economia social apelam a que cessem os impedimentos ao desenvolvimento de atividades financeiras próprias à economia social e que sejam implementadas soluções financeiras destinadas a responder às necessidades específicas dessas entidades.

12 As entidades de economia social recomendam que seja especialmente impedida a utilização das diferentes denominações que lhe são próprias por parte de organizações que utilizam o 'social' ou outra forma de designação de entidades previstas na Lei de Bases da Economia Social, como forma de acederem indevidamente a fundos, programas e projetos.

13 As entidades de economia social não se revêm no conceito de 'empresa social' assente na forma de sociedade comercial, e recomendam que a definição e clarificação desse conceito seja realizada no quadro da Lei de Bases da Economia Social.

14 As entidades de economia social entendem que deve ser dado cumprimento à Lei de Bases da Economia Social, sem prejuízo da sua futura revisão, e recomendar que seja concluído o processo de adaptação da legislação ordinária à Lei.

15 As entidades de economia social consideram ser necessária a criação de um programa financeiro que as incentive a aceder às novas tecnologias de comunicação e gestão, à economia digital, bem como à disseminação de inovações e boas práticas desenvolvidas.

16 As entidades de economia social entendem ser de elementar justiça a possibilidade de candidatura a todos os programas e projetos, fundos e linhas de crédito, europeias e nacionais, e sua aplicação aos seus modelos específicos de organização e governança, nomeadamente participando na futura geração de fundos comunitários.

17 As entidades de economia social, cientes do peso e importância social de que reveste o trabalho voluntário no seu seio, consideram dever pugnar para que este seja reconhecido, valorizado dentro do princípio de não substituir trabalho remunerado, e estudadas as formas para que o mesmo seja potenciado e enquadrado.

18 As entidades de economia social consideram dever ser mantida e aprofundada a discussão sobre a cooperação transfronteiriça potenciando formas de satisfazer as necessidades dos seus membros de forma mais efetiva, mesmo que para tal possa vir a ser necessário proceder a alterações jurídicas e de natureza fiscal.

19 As entidades de economia social apoiam a posição governamental de pugnar por um Plano de Ação em favor da economia social a nível europeu, reivindicação inclusa na recente Declaração de Madrid assinada formalmente por 11 Governos europeus.

20 As entidades de economia social, centradas no primado da pessoa, consideram dever unir esforços, intercooperando no âmbito europeu e internacional em prol do desenvolvimento económico e social, com especial atenção ao espaço lusófono e ibero-americano, por forma a conjuntamente promoverem a sua maior implantação, patentearem o seu real peso económico e social e o seu potencial construtor de Sociedades mais democráticas, solidárias, inclusivas e sustentáveis.

Lisboa, 14 de novembro de 2017

A Comissão Organizadora do Congresso

CONGRESSO NACIONAL DA ECONOMIA SOCIAL 2017

1. KONGRESS DER NATIONALEN SOZIALWIRTSCHAFT

EMPFEHLUNGEN

animar
CNIS Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade
CONFAGRI
confecoop confederação cooperativa portuguesa ccrl
Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto
Centro Português de Fundações
União das Misericórdias Portuguesas
mutualidades portuguesas

Die unterschreibenden Einrichtungen, versammelt am 14. November 2017 in der Folge von vorbereitenden Sitzungen am 17. Februar, 18. April, 2. Juni und 8. September 2017 in Lissabon, Póvoa de Varzim, Mangualde und Évora.

Sich verstehend als wesentlicher repräsentativer Teil des genossenschaftlichen und sozialen Sektors, der in der Verfassung der Republik Portugal, im Rahmengesetz der Sozialwirtschaft, vorgesehen ist, und unter Anerkennung seiner Prinzipien, Werte, Ethik und besonderen Formen seiner Funktionsweise und Verwaltung,

Ausgehend davon, dass die Sozialwirtschaft von Menschen für Menschen und mit Menschen geschaffen worden ist, ist es wichtig, dass die Handlungsweise der Einrichtungen, die zu ihr gehören, stets die für sie geltenden Werte, ihre eigene Identität und sie leitende Sinnhaftigkeit hochhalten,

Überzeugt davon, dass das Modell der Gesellschaften von Menschen der sozialwirtschaftlichen Sozialwirtschaft, die auf Organisationsfreiheit, Autonomie und demokratischer Verwaltung basieren, Überschüsse verwalten und weiterverteilen und soziales Kapital schaffen, im Sinne des allgemeinen Interesses, sowie dass ihre Nähe und Eingliederung in lokale Gemeinschaften, sie in der portugiesischen Gesellschaft zu Akteuren von größter Bedeutung macht, zu Motoren der sozialen und territorialen Kohäsion,

Daran erinnernd, dass gemäß dem Satellitenkonto der Sozialwirtschaft, das vom portugiesischen Statistikamt (INE) und der António Sérgio-Genossenschaft für die Sozialwirtschaft (CASES) 2016 bezugnehmend auf die Zahlen von 2013 veröffentlicht wurde, sie 6 % der Vollzeit-Erwerbsarbeit in der Wirtschaft und 2,8 % des Reichtums (BWS) darstellen, in den 61 268 Einrichtungen, die sie bilden, und dass ein Vergleich mit ihren Zahlen von 2010 ihr Wachstum, ihre Robustheit, ihren branchenübergreifenden Charakter, Fähigkeit zur Schaffung und Bewahrung von menschenwürdigen und nicht verlagerten Arbeitsplätzen zeigt,

Mit dem Bewusstsein, dass sie zu einer noch größeren europäischen Familie gehören, die von den europäischen Regierungen anerkannt wird – was in den einstimmigen Schlussfolgerungen im Dezember 2015 des Rates der Europäischen Union mit dem Titel “Die Förderung der Sozialwirtschaft als Schlüsselakteur der wirtschaftlichen und sozialen Entwicklung in Europa” und in verschiedenen Berichten, Gutachten und Arbeitsdokumenten der europäischen Institutionen (Kommission, Wirtschafts und Sozialausschuss und Ausschuss der Regionen) über die Sozialwirtschaft untermauert wurde,

Und die darüber hinaus zu einer weltweiten Bewegung der Sozial- und Solidarwirtschaft gehören, die Millionen Bürgerinnen und Bürger aller Kontinente vereint, und die der Auffassung sind, dass sie innerhalb der Bewegung den portugiesischsprachigen und iberoamerikanischen Raum privilegieren müssen,

Sie erklären und empfehlen:

1 Den Einrichtungen der Sozialwirtschaft kommt aufgrund ihrer Diversität, ihrem branchenübergreifenden Charakter, Identität und nachgewiesenem Einsatz im Laufe der Jahre und im ganzen Land eine wichtige Rolle in den nationalen Politiken zu.
Deswegen müssen sie von den Regierungsstellen und sozialen und wirtschaftlichen Konzertierungsgremien ständig angehört werden zu allen Angelegenheiten, die ihre Tätigkeit und die nationale Wirtschaft betreffen.

Damit diese Anhörung möglich ist, unbeschadet der Unabhängigkeit und Initiative einer jeden Einrichtungen, gründen sie als ihr Vertretungsorgan den Verband der portugiesischen Sozialwirtschaft (CESP), dessen Satzungsentwurf vorab bewilligt wurde.

2 Die Einrichtungen der Sozialwirtschaft sind wirtschaftliche Partner, sie dürfen nicht diskriminiert werden, wenn sie in einem Tätigkeitsbereich tätig werden, sie lehnen rechtliche Hindernisse, die ihrem Funktionieren im Wege stehen ab und sind der Auffassung, dass sie im Hinblick auf diese Aktivitäten anhand von Kriterien beurteilt werden müssen, die ihre besondere Organisations- und Führungsform berücksichtigen.

3 Die Einrichtungen der Sozialwirtschaft sind der Auffassung, dass ihm Rahmen der öffentlichen Politiken Programme zur Stärkung der Sozialwirtschaft aufgenommen werden müssen, die zur Förderung der Gleichheit, der Gesundheit und der Beschäftigung und zum Verbleib der Bevölkerungen beitragen. Bei allen aufzunehmenden Programmen sollten besonders die am meisten benachteiligten Menschen berücksichtigt werden, Menschen die sozial geschwächt sind, in einer Haltung der Solidarität und unter Wahrung der in Art. 5 des Rahmengesetzes der Sozialwirtschaft festgeschriebenen Prinzipien und Werte.

4 Die Einrichtungen der Sozialwirtschaft sind der Auffassung, dass der Implementierung einer kohärenten Bildungspolitik für die Sozialwirtschaft in den Lehrplänen aller Bildungsstufen Priorität eingeräumt werden muss. Dies beinhaltet Sensibilisierungsmaßnahmen, Berufsausbildung, Austausch zwischen Organisationen und länderübergreifende Kooperation, damit Kindern und Jugendlichen schon in der Pflichtschulzeit bewusst wird, dass es Organisationsformen und Tätigkeiten gibt, die auf Menschen basieren und denen die Prinzipien der Sozialwirtschaft zugrunde liegen.

5 Die Einrichtungen der Sozialwirtschaft wollen die Forschung zum Thema Sozialwirtschaft intensivieren und empfehlen, dafür einen Dokumentenpool zu erstellen, auf den man mit allen modernen Kommunikationsmitteln zugreifen kann.

6 Die Einrichtungen der sozialen Marktwirtschaft empfehlen die Bildung spezieller Fonds zur Unterstützung dieser Aktivitäten unter der Koordinierung vom CESP (Verband der portugiesischen Sozialwirtschaft), die diese Bildungs- und Forschungsaktivitäten unterstützen.

7 Die Einrichtungen der Sozialwirtschaft treten ein für die regelmäßige Erstellung von Statistiken über die Realität und das wirtschaftliche und soziale Gewicht der Sozialwirtschaft ein, insbesondere für die zweijährliche Erstellung des Satellitenkontos der Sozialwirtschaft, das Kennzahlen über den vereinswirtschaftlichen Teil der Organisationen und über Ehrenamt einschließen sollte.

8 Die Einrichtungen der Sozialwirtschaft sind der Auffassung, dass die Informationen der allgemeinen oder Fachmedien über ihre Realität und Aktivität verstärkt und verbessert werden müssen. Es wird vorgeschlagen, aktive Kommunikationsformen zu finden, die der Stimme mehr Kraft verleihen, die durch die Gründung des Verbands entsteht, unbeschadet einer direkten Kommunikation der einzelnen Familien der Sozialwirtschaft.

9 Die Einrichtungen der Sozialwirtschaft sind sich bewusst, dass ein echter Sektor der Sozialwirtschaft Arbeit in Partnerschaft voraussetzt, sei es zwischen den verschiedenen Familien oder mit den anderen Sektoren, die im Eigentum der Produktionsmittel sind. Sie empfehlen insbesondere die Konzipierung von Programmen zur lokalen Entwicklung der Gebiete, mit denen eine Partnerschaft besteht, in sorgfältiger Abstimmung mit den lokalen Gebietskörperschaften.

10 Die Einrichtungen der Sozialwirtschaft sind unter Zugrundelegung der Verfassung und des allgemeinen Gesetzes gemäß dem Prinzip der positiven Diskriminierung der Auffassung, dass ihnen das Recht auf eine steuerliche Regelung zusteht, die ihrer Natur und den von ihnen verfolgten Zielen Rechnung trägt.

11 Die Einrichtungen der Sozialwirtschaft appellieren zur Beseitigung von Hürden, die der Entwicklung von eigenen finanziellen Aktivitäten zur Sozialwirtschaft im Wege stehen und zur Implementierung von finanziellen Lösungen, die den speziellen Bedürfnissen dieser Einrichtungen entgegenkommen.

12 Die Einrichtungen der sozialen Marktwirtschaft empfehlen die Unterbindung der Verwendung der diversen ihr eigenen Bezeichnungen durch Organisationen, die „sozial“ oder sonstige Bezeichnungen verwenden, die im Rahmengesetz der Sozialwirtschaft festgeschrieben sind, und mit denen sie unrechtmäßig Zugang zu Fonds, Programmen oder Projekten erlangen wollen.

13 Die Einrichtungen der Sozialwirtschaft identifizieren sich nicht mit dem Konzept „soziales Unternehmen“, das auf den Formen der Handelsgesellschaft beruht, und empfehlen die Definition und Klärung dieses Konzepts im Rahmengesetz der Sozialwirtschaft.

14 Die Einrichtungen der Sozialwirtschaft sind der Meinung, dass das Rahmengesetz der Sozialwirtschaft eingehalten werden muss, unbeschadet einer zukünftigen Revision, und empfehlen, dass das Anpassungsverfahren der ordentlichen Gesetzgebung abgeschlossen werden soll.

15 Die Einrichtungen der Sozialwirtschaft erachten die Schaffung eines Finanzierungsprogramms für notwendig, das den Zugang zu neuen Kommunikations- und Managementformen und zur digitalen Wirtschaft fördert und das die Verbreitung von Innovation und guten Praktiken unterstützt.

16 Die Einrichtungen der Sozialwirtschaft sind der Meinung, dass die Möglichkeit zur Bewerbung für alle europäischen und nationalen Programme und Projekte, Fonds und Kreditlinien bestehen muss, und insbesondere die Beteiligung an der zukünftigen Generation der Fonds der Gemeinschaft.

17 Die Einrichtungen der Sozialwirtschaft sind sich des Gewichts und der sozialen Bedeutung der bei ihnen geleisteten ehrenamtlichen Arbeit bewusst und sind der Auffassung, dass sie sich dafür einsetzen müssen, dass unter Wahrung des Prinzips, dass sie keine vergütete Arbeit ersetzt, anzuerkennen und wertzuschätzen ist und die Art und Weise untersucht werden muss, wie sie potenziert und eingegliedert werden kann.

18 Die Einrichtungen der Sozialwirtschaft sind der Auffassung, dass Diskussion über grenzüberschreitende Zusammenarbeit beibehalten und vertieft werden muss, indem die Möglichkeiten optimiert werden, mit denen den Notwendigkeiten ihrer Mitglieder immer effizienter Rechnung getragen werden kann, selbst wenn dies zu Änderungen juristischer und steuerlicher Art führt.

19 Die Einrichtungen der Sozialwirtschaft unterstützen die Position der Regierung, sich für einen Aktionsplan zugunsten einer Sozialwirtschaft auf europäischer Ebene einzusetzen, eine Forderung der Erklärung von Madrid, die formell von 11 europäischen Regierungen unterzeichnet wurde.

20 Die Einrichtungen der Sozialwirtschaft, für die der Mensch an erster Stelle steht, sind der Auffassung, dass Kräfte vereint werden müssen und auf europäischer und internationaler Ebene zugunsten einer wirtschaftlichen und sozialen Weiterentwicklung zusammengearbeitet werden muss, unter besonderer Beachtung des portugiesischsprachigen und iberoamerikanischen Raums, so dass sie gemeinsam ihre weitere Entwicklung fördern und ihr tatsächliches wirtschaftliches und soziales Gewicht und ihre Möglichkeiten zum Aufbau demokratischerer, solidarischerer, inklusiverer und nachhaltigerer Gesellschaften unter Beweis stellen können.

Lissabon, 14. November 2017

Der Organisationsausschuss des Kongresses

CONGRESSO NACIONAL DA ECONOMIA SOCIAL 2017

1st NATIONAL CONGRESS ON THE SOCIAL ECONOMY

RECOMMENDATIONS

animar

CNIS Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

CONFAGRI

confecoop confederação cooperativa portuguesa ccrl

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

CENTRO PORTUGUÊS DE FUNDAÇÕES

UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

mutualidades portuguesas

1st NATIONAL CONGRESS ON THE SOCIAL ECONOMY
RECOMMENDATIONS

The signatory entities, meeting in Lisbon on 14 November 2017, following the preparatory sessions held on 17 February, 18 April, 2 June and 8 September in Lisbon, Póvoa do Varzim, Mangualde and Évora, respectively,

Aware that they represent a significant proportion of the cooperative and social sector, as provided for in the Portuguese Constitution and the Social Economy Framework Law and accepting its principles, values, ethics and specific forms of operation and governance,

Considering that the Social Economy is made of People, for People and with People, it is crucial that the work of participating entities is always mindful of the need to affirm the values by which they are governed, their own identity and the mission that guides them,

Assured that the business model for the social economy, based on freedom of organisation, autonomy and democratic management, the generation and redistribution of surpluses and the creation of social capital, for the general good, and the fact that they are closely embedded in local communities makes them agents of paramount importance to the Portuguese economy and society, as drivers of social and geographical cohesion,

Recalling that, according to the 2016 satellite account for the social economy, published by the National Institute of Statistics (INE) and the António Sérgio Cooperative for the Social Economy (CASES), based on 2013 data, the 61,268 entities in the sector account for 6% of all full-time paid employment in the economy and 2.8% of wealth creation (GVA), and that, in comparison with 2010, these data reflect the sector's growth, resilience, transversality, capacity to create and retain employment that is dignified and not delocalised,

Conscious of the fact that they are part of an even larger European family, recognised by European governments - a recognition codified in the Council of the European Union's unanimous adoption in December 2015 of the conclusions entitled 'The promotion of the social economy as a key driver of economic and social development in Europe', and in a broad range of reports, opinions and working documents on the social economy published by European institutions (Commission, Economic and Social Committee and Committee of the Regions),

And knowing that they are also part of a global social and solidarity-based economic movement that engages millions of citizens across the world, within which they see their duty as being to prioritise Lusophone and Ibero-American communities,

Hereby state and recommend that:

1 By virtue of their diversity, transversality, identity and proven track record across time and geographies, these social economy stakeholders have a key role to play in national policymaking.
Thus, government departments and social and economic consultative bodies, particularly the Social and Economic Council (SEC), should be consulting these stakeholders for their views on their own business sector and the wider national economy, on an ongoing basis.

To facilitate this consultative process, without prejudicing the independence and initiative of each entity, they have set up a representative body, the Portuguese Social Economy Confederation (PSEC). The confederation's statutes have already been approved in principle.

2 The social economy stakeholders are economic partners and should not be subject to discrimination when they want to act in a given field of activity. They reject any legal obstacles to their proper functioning and believe that their work should be evaluated on the basis of criteria that take into account their specific form of organisation and governance.

3 The social economy stakeholders are of the opinion that public policies should include social economy initiatives that contribute to building equality, health and employment, whilst helping to stabilise and sustain communities. All such initiatives should pay particular attention to the more disadvantaged, those whose situation is socially precarious, delivering both solidarity and compliance with the principles and values established in article 5 of the Social Economy Framework Law.

4 The social economy stakeholders maintain that priority should be given to implementing a coherent social economy education policy at all levels of the education system. This implementation would include awareness initiatives, professional training, exchanges between organisations and transnational cooperation. From elementary school onwards, children and young people would see that there are ways of organising and working that are based on people and social economy principles.

5 The social economy stakeholders would like to see research into the social economy being encouraged and they recommend that a documentation resource to support this research be set up and then deployed through all the latest means of communication.

6 The social economy stakeholders recommend that specific funding mechanisms be set up to support these training and research activities, which would be managed through PSEC.

7 The social economy stakeholders produce regular statistical reports on the economic and social reality of the social economy. The social economy satellite account, now produced biennially, provides indicators pertaining to the associative side of organisations and volunteer work.

8 The social economy stakeholders believe that the information carried by both the generalist and specialist media regarding their reality and their work should be improved and expanded. To this end, they propose to study active forms of communication that will enhance the unified voice that has resulted from the setting up of the confederation, without prejudicing the direct communication of each social economy family.

9 The social economy stakeholders are aware that a true social economy sector can only be built through partnership, whether between the various families or with other sectors that own the means of production. They specifically recommend the drawing up of programmes that contribute to local development through properly coordinated partnerships with local authorities.

10 The social economy stakeholders, cognisant of the Constitution and ordinary law and their enshrinement of the principle of positive discrimination, believe they have the right to benefit from a tax regime that is appropriate to their nature and the ends they pursue.

11 The social economy stakeholders seek the dismantlement of barriers to the development of the type of financial activities that are intrinsic to the social economy. They also want to see financial solutions implemented that address the specific needs of these stakeholders.

12 The social economy stakeholders recommend that other organisations be prevented from improperly using the word 'social' or the other forms specific to social economy entities, as enshrined in the Social Economy Framework Law, as a means of accessing funds, programmes and projects.

13 The social economy stakeholders do not recognise themselves in the concept of "social company" that, in form, is based on the commercial company and they recommend that this concept be defined and clarified in the Social Economy Framework Law.

14 The social economy stakeholders maintain that the Social Economy Framework Law should be complied with, notwithstanding any future revision of the same, and recommend that the process of adapting ordinary law to this Law be concluded.

15 The social economy stakeholders believe there is a need to set up a financial programme that will encourage them to engage with new communication technologies and the digital economy and to disseminate the ensuing innovations and best practices.

16 The social economy stakeholders hold that they have a fundamental right to apply to all European and domestic programmes and projects, funds and lines of credit. These should be attuned to their specific models of organisation and governance, to allow them to participate in the future generation of community funds.

17 The social economy stakeholders, aware of the measure and social importance of their volunteer work, believe that they should strive for the recognition of this work, so that it is given its due value, but not as a substitute for paid work, and that ways and means should be found to foster and accommodate such work.

18 The social economy stakeholders understand that discussions on cross-border cooperation should be maintained and broadened, so as to generate ways of effectively meeting their members' needs, even where this may require changes to legal and fiscal frameworks.

19 The social economy stakeholders support the government's position of pursuing an Action Plan that would underpin the social economy on a European scale, as also set out in the recent Madrid Declaration signed by 11 European governments.

20 The social economy stakeholders, whilst holding to the primacy of the individual, believe that economic and social development requires a concerted joint effort at the European and international level. They would focus specifically on the Lusophone and Ibero-American communities and strive jointly to ensure these take their proper place, evidencing their true economic and social worth and their potential as drivers of societies that are more democratic, solidary, inclusive and sustainable.

Lisbon, 14 November 2017

The Congress Organising Committee

CONGRESSO NACIONAL DA ECONOMIA SOCIAL 2017

1º CONGRESO NACIONAL DE ECONOMÍA SOCIAL

RECOMENDACIONES

animar
CNIS Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade
CONFAGRI
confecoop confederação cooperativa portuguesa ccrl
CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO
CENTRO PORTUGUÊS DE FUNDAÇÕES
UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS
mutualidades portuguesas

1º CONGRESO NACIONAL DE ECONOMÍA SOCIAL
RECOMENDACIONES

Las entidades signatarias, reunidas en Lisboa el 14 de noviembre de 2017, con motivo de las sesiones preparatorias del 17 de febrero, 18 de abril, 2 de junio y 8 de septiembre de 2017, realizadas respectivamente en Lisboa, Póvoa de Varzim, Mangualde y Évora,

Reconociéndose como parte significativamente representativa del sector cooperativo y social previsto en la Constitución de la República Portuguesa, en la Ley de Bases de la Economía Social, y aceptando sus principios, valores, ética y formas específicas de funcionamiento y gobernanza,

Considerando que la Economía Social está hecha por Personas para las Personas y con las Personas, es esencial que la actuación de las entidades que la integran tenga siempre presente la afirmación de los valores por los cuales se rigen, su propia identidad y el sentido de misión que las orienta,

Convencidas de que el modelo de sociedades de personas de las entidades de la economía social, basadas en la libertad de organización, autonomía y gestión democrática, generando y redistribuyendo excedentes y creando capital social, de acuerdo con el interés general, así como su cercanía e inserción en las comunidades locales, las convierten en agentes de primordial importancia en la economía y sociedad portuguesas, promotoras de cohesión social y territorial,

Recordando que, de acuerdo con la cuenta satélite de economía social, publicada por el Instituto Nacional de Estadística (INE) y por la Cooperativa António Sérgio para la Economía Social (CASES), en 2016 sobre dados de 2013, representan un 6% del empleo remunerado a tiempo completo en la economía y un 2,8% de la creación de riqueza (VAB), en las 61.268 entidades que la forman, y que tales datos, cuando se comparan con los de 2010 demuestran su crecimiento, su resiliencia, transversalidad, capacidad de creación y mantenimiento de empleo digno y no deslocalizado,

Conscientes de que forman parte de una familia europea aun mayor, reconocida por los Gobiernos europeos – reconocimiento manifestado en las unánimes conclusiones de diciembre de 2015 del Consejo de la Unión Europea, tituladas 'La promoción de la economía social como actor clave del desarrollo económico y social en Europa' y en sucesivos informes, pareceres y documentos de trabajo de las Instituciones europeas (Comisión, Comité Económico y Social y Comité de las Regiones) sobre economía social,

Y que forman parte también de un movimiento mundial de economía social y solidaria que agrupa a millones de ciudadanas y ciudadanos de todos los continentes, y en él consideran un deber priorizar el espacio lusófono e iberoamericano,

Declaran y recomiendan:

1 Las entidades de economía social, por su diversidad, transversalidad, identidad y comprobada acción a lo largo del tiempo y en todo el territorio tienen un papel fundamental a desempeñar en las políticas nacionales.

En esa medida deben ser oídas permanentemente por los departamentos gubernamentales y en las instancias de cooperación social y económica, especialmente en el Consejo Económico y Social (CES), en todas las materias relacionadas con su actividad y con la economía nacional.

Para que esa escucha sea posible, sin perjuicio de la independencia e iniciativa de cada entidad, crean una instancia de representación, la Confederación de la Economía Social Portuguesa (CESP), cuyo proyecto de estatutos fue aprobado previamente.

2 Las entidades de economía social son socios económicos, no deben ser objeto de discriminaciones cuando pretenden actuar en cualquier ámbito de actividad, rechazan cualquier traba legal a su funcionamiento y consideran que deben ser evaluadas en dichas actividades desde criterios que tengan en cuenta su forma específica de organización y gobierno.

3 Las entidades de economía social consideran que, en el ámbito de las políticas públicas, deben lanzarse programas de fomento de la economía social que contribuyan a la promoción de la igualdad, de la salud y del empleo y a la fijación de las poblaciones. En todos los programas a lanzar deberán tenerse en cuenta especialmente las personas más desfavorecidas, las que están en situación de fragilidad social, en una perspectiva de solidaridad y de observancia de los principios y valores definidos en el artículo 5º de la Ley de Bases de la Economía Social.

4 Las entidades de economía social consideran que se debe dar prioridad a la implementación de una política coherente de educación para la economía social en los currículos de todos los grados de enseñanza, que incluya acciones de sensibilización, de formación profesional, de intercambios entre organizaciones y de cooperación transnacional para que, desde la enseñanza obligatoria los niños y jóvenes entiendan que existen formas de organización y actividad que se basan en las personas y en los principios de la economía social.

5 Las entidades de economía social quieren ver fomentada la investigación sobre la economía social, y recomiendan que se organice un acervo de documentación que apoye dicha investigación, que se proporcionará a través de todos los medios de comunicación modernos.

6 Las entidades de economía social recomiendan que se creen fondos específicos de apoyo a estas actividades formativas y de investigación que se gestionarán desde la CESP.

7 Las entidades de economía social luchan por la producción regular de estadísticas sobre la realidad y peso económico y social de la economía social, concretamente haciendo bienal la cuenta satélite de economía social, y dotándola de indicadores sobre la parte asociativa de las organizaciones y sobre el voluntariado.

8 Las entidades de economía social consideran que se debe incrementar y mejorar la información de su realidad y actividad hecha por parte de la comunicación social generalista o especializada. Para ello se proponen estudiar formas activas de comunicación que potencien la voz que resulta de la creación de la Confederación, sin perjudicar la comunicación directa de cada familia de la economía social.

9 Las entidades de economía social son conscientes de que un verdadero sector de economía social pasa por el trabajo en colaboración, tanto entre las diferentes familias, como con los demás sectores de propiedad de los medios de producción. Especialmente recomiendan el diseño de programas que contribuyan al desarrollo local de los territorios en colaboraciones debidamente concertadas con el poder local.

10 Las entidades de economía social, teniendo en cuenta lo dispuesto en la Constitución y en la ley ordinaria, de acuerdo con el principio de la discriminación positiva que la aplica, se consideran en el derecho de disfrutar de un régimen fiscal adecuado a su naturaleza y a los fines que persiguen.

11 Las entidades de la economía social apelan a que cesen los impedimentos para el desarrollo de actividades financieras propias de la economía social y que se implementen soluciones financieras destinadas a responder a las necesidades específicas de dichas entidades.

12 Las entidades de economía social recomiendan que se impida especialmente la utilización de las distintas denominaciones que le son propias por parte de organizaciones que utilizan lo 'social' u otra forma de denominación de entidades previstas en la Ley de Bases de la Economía Social, como forma de acceder indebidamente a fondos, programas y proyectos.

13 Las entidades de economía social no se reconocen en el concepto de 'empresa social' basada en la forma de sociedad comercial, y recomiendan que la definición y clarificación de este concepto se realice en el marco de la Ley de Bases de la Economía Social.

14 Las entidades de economía social entienden que se debe dar cumplimiento a la Ley de Bases de la Economía Social, sin perjuicio de su futura revisión, y recomendar que se concluya el proceso de adaptación de la legislación ordinaria a la Ley.

15 Las entidades de economía social consideran que es necesaria la creación de un programa financiero que las incentive a acceder a las nuevas tecnologías de comunicación y gestión, a la economía digital, así como a la diseminación de innovaciones y buenas prácticas desarrolladas.

16 Las entidades de economía social entienden que es de justicia la posibilidad de candidatura a todos los programas y proyectos, fondos y líneas de crédito, europeas y nacionales, y su aplicación a sus modelos específicos de organización y gobernanza, especialmente participando en la futura generación de fondos comunitarios.

17 Las entidades de economía social, conscientes del peso e importancia social de los que se reviste el trabajo voluntario en su seno, consideran que deben luchar para que este sea reconocido, valorado dentro del principio de no sustituir trabajo remunerado, y estudiadas las formas para que el mismo se potencie y enmarque.

18 Las entidades de economía social consideran que se debe mantener y profundizar la discusión sobre la cooperación transfronteriza potenciando formas de satisfacer las necesidades de sus miembros de forma más efectiva, aunque esto haga necesario proceder a modificaciones jurídicas y de naturaleza fiscal.

19 Las entidades de economía social apoyan la posición gubernamental de luchar por un Plan de Acción en favor de la economía social a nivel europeo, reivindicación incluida en la reciente Declaración de Madrid firmada formalmente por 11 gobiernos europeos.

20 Las entidades de economía social, centradas en el primado de la persona, consideran que se deben aunar esfuerzos, intercooperando en el ámbito europeo e internacional a favor del desarrollo económico e social, con especial atención al espacio lusófono e iberoamericano, con el fin de promover conjuntamente su mayor implantación, hacer patente su verdadero peso económico y social, y su potencial como constructor de Sociedades más democráticas, solidarias, inclusivas y sostenibles.

Lisboa, 14 de noviembre de 2017

La Comisión Organizadora del Congreso

CONGRESSO NACIONAL DA ECONOMIA SOCIAL 2017

1er CONGRÈS NATIONAL D'ÉCONOMIE SOCIALE

RECOMMANDATIONS

animar

CNIS
Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

CONFAGRI

confecoop
confederação cooperativa portuguesa ccrl

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

CENTRO PORTUGUÊS DE FUNDAÇÕES

UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

mutualidades portuguesas

1er CONGRÈS NATIONAL D'ÉCONOMIE SOCIALE
RECOMMANDATIONS

Les entités signataires, réunies à Lisbonne le 14 novembre 2017, suite aux séances préparatoires du 17 février, 18 avril, 2 juin et 8 septembre qui se sont tenues respectivement à Lisbonne, Póvoa de Varzim, Mangualde et Évora,

Reconnaissant constituer une part considérablement représentative du secteur coopératif et social prévu par la Constitution de la République Portugaise, la Loi de Base de l'Économie Sociale et acceptant ses valeurs, son éthique et ses formes spécifiques de fonctionnement et gouvernance,

Étant donné que l'Économie Sociale est mise en place par des Personnes et se consacre aux Personnes, il est essentiel que l'action des entités qui en font partie prenne toujours compte de l'affirmation des valeurs qui la régissent, de sa propre identité et du sens de la mission qui la guide,

Persuadées que le modèle de sociétés de personnes des entités de l'économie sociale, reposant sur la liberté d'organisation, l'autonomie et la gestion démocratique, gérant et redistribuant les excédents et créant du capital social selon l'intérêt général et que la proximité et l'inclusion au sein des communautés locales constituent des agents fondamentaux de l'économie et de la société portugaise, promotrices de la cohésion sociale et territoriale,

Rappelant que selon le compte satellite d'économie sociale publié par l'Institut National de Statistique (INE) et par la Coopérative António Sérgio pour l'Économie Sociale (CASES), en 2016, sur des données de 2013, celle-ci représentait 6% de l'emploi rémunéré à temps complet dans l'économie et 2,8% de la création de richesse (VAB) au sein des 61.268 entités qui la constituent, et que ces données, comparées à celles de 2010 démontrent sa croissance, sa résilience et sa capacité de création et de maintien d'emploi digne et non délocalisé,

Persuadées qu'elles font à présent partie d'une famille européenne plus élargie et reconnue par les gouvernements européens – reconnaissance confirmée par les conclusions unanimes de décembre 2015 du Conseil de l'Union Européenne intitulées « La promotion de l'économie sociale en tant qu'acteur-clé du développement économique et social en Europe » et par les rapports successifs, avis et documents de travail des institutions européennes (Commission, Comité Économique et Social et Comité des Régions) sur l'économie sociale,

Et qu'elles font également partie d'un mouvement mondial d'économie sociale et solidaire regroupant des millions de citoyennes et de citoyens sur tous les continents, estimant qu'elles doivent dans ce cadre privilégier l'espace lusophone et ibéro-américain,

Déclarent et recommandent :

1 Les entités de l'économie sociale, de par leur diversité, transversalité, identité et action confirmée depuis toujours et sur la totalité du territoire, jouent un rôle fondamental au niveau des politiques nationales.

Dans cette mesure, elles doivent être consultées en permanence par les départements gouvernementaux et par les instances de concertation sociale et économique, notamment auprès du Conseil Économique et Social (CES) sur toutes les questions qui concernent son activité et économie nationale.

Pour que leur avis soit pris en compte, sans mettre en cause l'indépendance et l'initiative de chaque entité, elles créent une instance de représentation, la Confédération de l'Économie Sociale Portugaise (CESP), dont le projet de statuts a été approuvé au préalable.

2 Les entités de l'économie sociale sont des partenaires économiques, ne doivent pas faire l'objet de discriminations quand elles souhaitent agir dans n'importe quel domaine d'activité, rejetant tout obstacle légal à leur fonctionnement, estimant qu'elles doivent être évaluées dans ces activités à partir de critères qui tiennent compte de sa forme spécifique d'organisation et de gouvernance.

3 Les entités de l'économie sociale estiment que dans le cadre des politiques publiques, des programmes doivent être lancés pour favoriser l'économie sociale, promouvoir l'égalité, la santé, l'emploi et fixer les populations. Dans tous les programmes lancés, les personnes les plus défavorisées devront être prises en compte, au même titre que celles qui sont en situation de fragilité sociale, dans une perspective de solidarité et de respect des principes et valeurs visés à l'article 5 de la Loi de Base de l'Économie Sociale.

4 Les entités de l'économie sociale estiment que la priorité doit être accordée à la mise en place d'une politique cohérente d'éducation pour l'économie sociale dans les cursus de tous les niveaux d'enseignement, comprenant des actions de sensibilisation, de formation professionnelle, d'échange entre organisations et de coopération transnationale. Ainsi, les jeunes et les enfants doivent comprendre qu'il y a des formes d'organisation et d'activité reposant sur les personnes et ayant pour base l'économie sociale.

5 Les entités de l'économie sociale veulent favoriser la recherche en matière d'économie sociale et conseillent le rassemblement de documents nécessaires à cette recherche et fournis par tous les moyens de communication modernes.

6 Les entités de l'économie sociale recommandent la création de fonds spécifiques de support à ces activités de formation et recherche à gérer à partir de la CESP.

7 Les entités de l'économie sociale défendent la production régulière de statistiques sur la réalité et l'importance économique et sociale de l'économie sociale, notamment avec la publication biennale du compte satellite de l'économie sociale et le dotant d'indicateurs sur la part associative des associations et le bénévolat.

8 Les entités de l'économie sociale estiment que l'information sur sa réalité et son activité doit être assurée par les médias généralistes ou spécialisés. Ainsi, elles proposent d'étudier des formes actives de communication qui rehaussent la voix qui résulte de la Confédération sans porte atteinte à la communication directe de chaque famille de l'économie sociale.

9 Les entités de l'économie sociale savent qu'un véritable secteur de l'économie sociale passe par le travail en partenariat, que ce soit entre les différentes familles ou d'autres secteurs de propriété des moyens de production. Elles recommandent notamment la création de programmes contribuant au développement local des territoires dans le cadre de partenariats établis avec le pouvoir local.

10 Les entités de l'économie sociale, compte tenu des dispositions de la Constitution et de la loi ordinaire, conformément au principe de la discrimination positive qui l'applique, estiment qu'elles sont en droit de bénéficier d'un régime fiscal adapté à leur nature et à leurs finalités.

11 Les entités de l'économie sociale lancent un appel pour que les empêchements au développement d'activités financières propres à l'économie sociale cessent et que soient mises en place des solutions financières destinées à répondre aux besoins spécifiques de ces entités.

12 Les entités de l'économie sociale recommandent que l'on cesse l'utilisation des différentes dénominations qui leur sont propres par des organisations utilisant le terme « social » ou toute autre forme de désignation d'entités prévues par la Loi de Base de l'Économie Sociale, de manière à accéder de manière indue aux fonds, programmes et projets.

13 Les entités de l'économie sociale ne se revoient pas dans le concept d' « entreprise sociale » construit sous forme de société commerciale et demandent la définition et la clarification de ce concept dans le cadre de la Loi de Base de l'Économie Sociale.

14 Les entités de l'économie sociale estiment que la Loi de Base de l'Économie Sociale doit être respectée, sous réserve d'une révision future et recommandent la poursuite du processus d'adaptation de la loi ordinaire à la Loi.

15 Les entités de l'économie sociale prônent la création d'un programme financier qui les encourage à accéder aux nouvelles technologies de communication et gestion, à l'économie numérique et à diffuser les innovations et les bonnes pratiques développées.

16 Les entités de l'économie sociale estiment qu'il est juste d'autoriser la candidature de tous les programmes et projets, fonds et lignes de crédit, européennes et nationales ainsi que leur application aux modèles spécifiques d'organisation et gouvernance, notamment en participant à la future création de fonds communautaires.

17 Les entités de l'économie sociale, conscientes de l'importance sociale du travail bénévole, prônent la reconnaissance de ce dernier qui doit être valorisé sans remplacer le travail rémunéré et faire l'objet d'études pour le renforcer et l'encadrer.

18 Les entités de l'économie sociale souhaitent maintenir et approfondir le débat sur la coopération transfrontalière, de façon à satisfaire les besoins de ses membres de manière plus effective, y compris si cela implique des modifications juridiques et fiscales.

19 Les entités de l'économie sociale soutiennent la position gouvernementale qui prône la mise en place d'un plan d'action favorisant l'économie sociale au niveau européen et la revendication prévue à la récente Déclaration de Madrid, formellement signée par 11 gouvernements européens.

20 Les entités de l'économie sociale, concentrées sur l'importance de la personne, doivent rassembler leurs efforts, coopérant dans le cadre européen et international en faveur du développement économique et social, accordant une attention spéciale à l'espace lusophone et ibéro-américain de manière à promouvoir conjointement sa mise en place, confirmer son importance économique et sociale réelle et son potentiel pour construire des sociétés plus démocratiques, solidaires, inclusives et durables.

Lisbonne, le 14 novembre 2017

La Commission Organisatrice du Congrès

animar

CNIS
Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

CONFAGRI

confecoop
confederação
cooperativa
portuguesa ccrl

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

CENTRO
PORTUGUÊS
DE FUNDAÇÕES

União das Misericórdias
Portuguesas

mutualidades
portuguesas